Fundo Brasil 15 anos

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2020

QUEM SOMOS

Rede de Filantropia para a Justiça Social

O Fundo Brasil integra a Rede de Filantropia para a Justiça Social

Todo o material publicado neste relatório está sob a licença Creative Commons CC.BY.4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) podendo ser reproduzido sem autorização prévia do Fundo Brasil de Direitos Humanos, desde que citando a fonte original, inclusive autor do texto ou da foto quando for o caso. Para obras derivadas, deve-se licenciá-las também em CC.BY.4.0

Instituidores

Abdias do Nascimento | 1914-2011

Margarida Genevois

Dom Pedro Casaldáliga | 1928-2020

Rose Marie Muraro | 1930-2014

Superintendência

Ana Valéria Araújo | Superintendente

Allyne Andrade e Silva | Superintendente adjunta*

** Gislene Aniceto exerceu a função de Superintendente adjunta até março*

Conselho de Administração

Darci Frigo

Jurema Werneck

Mafoane Odara

Rafael Lins Bezze

Susy Yoshimura

Conselho Consultivo

Gersem Luciano Baniwa

Jorge Eduardo Durão

Kenarik Boujikian

Paulo Carbonari

Veriano Terto

Viviane Menezes Hermida

Conselho Fiscal

Gisela Sales Cordeiro

Karla Battistella

Marcelino dos Santos

Rui de Sá Rodrigues | suplente

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS

Telefone: + 55 11 3256-7852

www.fundobrasil.org.br

facebook.com/fundobrasil

twitter.com/fundobrasil

instagram.com/fundobrasil

EXPEDIENTE

Editora responsável: Ana Valéria Araújo

Edição: Ana Valéria Araújo e Mônica Nóbrega

Textos: Mônica Nóbrega e Mariana Rodrigues

Fotos: Acervo Fundo Brasil

Projeto Gráfico: Brazz Design

Ilustrações: Rafa ps (@6brafa)

MISSÃO

A missão do Fundo Brasil é promover o respeito aos direitos humanos no Brasil, construindo mecanismos inovadores e sustentáveis que canalizem recursos para fortalecer organizações da sociedade civil e para desenvolver a filantropia de justiça social.

ÍNDICE

Apresentação 4
Impacto 6
Nossos números em 14 anos 6
Nossos números em 2020 7
Selo Doar 7

1. Covid-19 8
2. Apoio à sociedade civil 9
2.1. Disponibilizando recursos 10
2.1.1. Chamadas públicas 10
Fundo de Apoio Emergencial: Covid-19 10
Edital Geral 10
70 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos 10
Resistência 11
Defensores de Direitos Humanos 13
Enfrentando o Racismo a Partir da Base 14
Justiça Criminal 17
Combatendo o Trabalho Infantil na Indústria da Moda 18
2.1.2. Fundos de resposta rápida 19
Apoio Emergencial - SOS Amazônia 19
Apoio Emergencial - Defensores de Direitos Humanos 21
2.2. Promovendo articulação e fortalecendo capacidades 22
2.3. Programa Rio Doce 23

3. Mobilização para direitos humanos 25
3.1. Comunicação institucional 26
→ Covid-19 - Promover Direitos Humanos no Contexto da Pandemia 26
→ Plataforma Brasil de Direitos 27
→ Debates online 27
→ Mídia 27
3.2. Comunicando a causa dos direitos humanos 29
→ Série Juntas e Juntos #AoVivoComFundoBrasil 29
→ Mostra virtual Olhares de Luta 30
→ Diálogos Musicais em Direitos Humanos 30
3.3. Captação de recursos com indivíduos no Brasil 31
→ Engajamento público contra a Covid-19 31
→ Campanha Pontes 31
→ Fundos individuais de doadores 31
→ Dia de Doar 31
→ Programa Nota Fiscal Paulista 32
→ Eventos 32
→ Encontros de aproximação 32
3.4. Promoção de Filantropia para Justiça Social 33
→ Produção de conhecimento 33
→ Conferências e formações 33

4. Balanço e auditoria 34

Agradecimentos 38

APRESENTAÇÃO

Enfrentar as urgências

Dom Pedro Casaldáliga, um dos instituidores do Fundo Brasil, nos lembrava que os direitos humanos são “uma questão radicalmente vital e essencial”. Tanto que transformou a tarefa de defendê-los em sua missão de vida. Nosso muito estimado Dom Pedro morreu em agosto de 2020. Mas seguimos reverenciando seu legado, sua generosidade, seu espírito solidário e sua personalidade firme na missão de ampliar os direitos humanos no país.

A pandemia de Covid-19 inaugurou um período de crise sanitária e social aguda, marcada por aprofundamento nas violações aos direitos humanos das parcelas mais vulneráveis da população. O trabalho do Fundo Brasil foi decisivamente atravessado por essa conjuntura ao longo de todo o ano de 2020.

Nesse contexto atípico e desafiador, rapidamente ajustamos nosso planejamento e nossas metodologias para dar respostas rápidas às novas e inesperadas necessidades.

A equipe do Fundo Brasil apurou ainda mais seu processo de escuta dos grupos de base e ativistas. Desta forma, e sob orientação precisa de integrantes dos nossos Conselhos, identificamos as urgências de repactuar projetos em andamento, de dar suporte às organizações parceiras em seus processos de reorganização e de viabilizar um tipo de apoio à sociedade civil inédito para a fundação, focado tanto em ajuda humanitária quanto em continuidade do trabalho de defesa de direitos.

Nesse sentido, o Fundo de Apoio Emergencial: Covid-19 foi uma ação abrangente de captação e de doação de recursos, campanha de sensibilização da sociedade e comunicação confiável. Um trabalho que perpassou o ano todo. E continua reverberando.

Os aprendizados da ação emergencial foram decisivos também para a construção dos demais editais do Fundo Brasil em 2020. Os grupos de base, com sua capacidade de

ação abalada pela pandemia, apontaram a necessidade de apoio institucional, voltado à sobrevivência das próprias organizações. Assim, o edital Enfrentando o Racismo a Partir da Base - Fortalecimento Institucional e Mobilização para Defesa de Direitos inaugurou no Fundo Brasil este formato de apoio, seguido depois por outras duas chamadas: o edital geral 2021 - Seguir Com Direitos e o específico LGBTQIA+ Defendendo Direitos. Estas, com resultados de seleção em 2021.

O encarceramento em massa, um foco de agravamento das consequências socioeconômicas da pandemia, recebeu atenção do Fundo Brasil em 2020. Lançamos o edital Direitos Humanos e Justiça Criminal, que dá continuidade ao trabalho da fundação nesse campo específico com a seleção de 21 organizações com propostas de enfrentamento às violações de direitos humanos nas prisões brasileiras. Parte desse apoio é voltada à promoção do direito a uma vida digna para pessoas egressas do sistema prisional, com o objetivo de evitar reencarceramentos.

O fundo emergencial SOS Amazônia fez seus primeiros apoios a organizações indígenas em 2020, nessa região severamente atingida pela Covid-19. Seguimos, ainda, com o emergencial voltado a Defensores de Direitos Humanos, que dá suporte às ações para a promoção da segurança de pessoas que sofrem ameaças como consequência de seu trabalho de defesa de direitos.

Todas essas linhas, juntas, garantiram apoio a mais de 430 iniciativas da sociedade civil para a defesa dos direitos humanos ao longo de todo o ano. Um impacto expressivo em um ano tão difícil para o país e o mundo, além de uma evidência da relevância do Fundo Brasil para esse campo.

Trabalhando remotamente desde março para fazer o necessário isolamento social, nossa equipe recebeu, em 2020, Allyne Andrade, que assumiu a posição de superintendente adjunta. Com trajetória pessoal como defensora de direitos humanos, Allyne se uniu aos esforços do Fundo Brasil para apoiar a sociedade civil organizada em um momento de dificuldades extremas.

A experiência de 2020, bem como o cenário de um país arrasado pela pandemia e pela precarização dos mecanismos institucionais de garantia de direitos, colocam diante de toda a sociedade civil o desafio de lutar pela sobrevivência das pessoas enquanto dura a pandemia. E, ao mesmo tempo, reencontrar o caminho da promoção dos direitos humanos para todas e todos e, especialmente, para os segmentos mais discriminados da população brasileira.

O Fundo Brasil aceita esse desafio com os olhos tanto no presente quanto no futuro. Sabendo que os nossos apoios fazem diferença ao fortalecer o protagonismo de grupos, coletivos e organizações de base, que atuam em seus territórios, propõem caminhos efetivos para a democracia e articulam redes com este objetivo.

Este Relatório de Atividades é uma prestação de contas e também um compromisso de que seguimos e seguiremos com a mesma certeza de Dom Pedro Casaldáliga, a de que o caminho da promoção dos direitos humanos é o caminho da justiça social. Desta forma, buscamos inspirar todas e todos que, como nós, anseiam por um mundo mais igualitário.

Ana Valéria Araújo
Superintendente

IMPACTO / NOSSOS NÚMEROS EM 14 ANOS

R$ 32,5 milhões / doados a organizações de direitos humanos

27 / chamadas gerais e temáticas

831 / projetos apoiados

25 / encontros de formação para integrantes de projetos apoiados

161 / visitas a projetos apoiados em suas localidades, nas 5 regiões do país

45 / eventos de sensibilização do público (seminários temáticos, shows musicais e outros)

60 / campanhas e produtos de comunicação (publicações, vídeos e uma plataforma de conteúdos)

- Direito a cidades justas e sustentáveis
- Direito à livre expressão, organização e manifestação
- Direito à livre orientação sexual e identidade de gênero
- Direito à terra
- Direitos das mulheres
- Direitos de crianças e adolescentes
- Direitos das juventudes
- Direitos das populações quilombolas e tradicionais
- Direitos dos povos indígenas
- Direitos socioambientais no âmbito dos megaprojetos
- Enfrentamento ao racismo
- Enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo
- Garantia do Estado de Direito e Justiça Criminal

Impacto / Nossos números em 2020

R$ 8,4 milhões
doados a organizações de direitos humanos

Apoios

274
Fundo de Apoio Emergencial: Covid-19

21
Edital Geral "Resistência"

17
Edital Geral "70 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

36
Defensores de Direitos Humanos

21
Enfrentando o Racismo a Partir da Base

18
Justiça Criminal

5
Combatendo o Trabalho Infantil na Indústria da Moda

23
Apoio Emergencial - SOS Amazônia

24
Apoio Emergencial - Defensores de Direitos Humanos

439
Total

Selo Doar

Pelo segundo ano consecutivo, o Fundo Brasil conquistou o Selo Doar. Concedido pelo Instituto Doar, o selo reconhece boas práticas de gestão e transparência no terceiro setor, de acordo com parâmetros e critérios nacionais e internacionais para organizações sem fins lucrativos que recebem e destinam recursos a causas sociais e ambientais.

O Fundo Brasil se qualificou com o Selo A+, o parâmetro mais alto.

1. COVID-19

O trabalho do Fundo Brasil ao longo de todo o ano de 2020 foi profundamente impactado pela emergência da pandemia de Covid-19 - e por seus efeitos sobre a atuação da sociedade civil organizada.

Reconhecendo rapidamente a necessidade de continuar apoiando a luta por direitos e, ao mesmo tempo, dar respostas às emergências trazidas pela crise sanitária e social, o Fundo Brasil redefiniu parcialmente suas estratégias de trabalho em 2020.

A partir do diálogo com conselheiras e conselheiros, com ativistas e grupos de defesa de direitos de todo o país, o Fundo Brasil desenhou e colocou em prática uma ação ampla, em várias frentes: flexibilização de parte dos recursos doados a projetos em andamento para que fossem redirecionados a ações de combate às decorrências da pandemia; criação de uma linha de apoio específica para doação de recursos, o Fundo de Apoio Emergencial: Covid-19; a página online informativa Covid-19 - Promover Direitos Humanos no Contexto da Pandemia; e uma ampla campanha de divulgação e captação de recursos que envolveu celebridades da música, televisão, cinema e influenciadores da internet.

A flexibilização de recursos, bem como repactuação de atividades e prazos dos projetos em andamento se deu a partir da compreensão das necessidades imediatas dos grupos, coletivos e organizações apoiadas. O Fundo Brasil permitiu o redirecionamento de 30% do valor de cada projeto, de forma que pudessem ser aplicados em ações de combate à pandemia, conforme a necessidade de cada um de nossos parceiros no campo.

Em valores, essa flexibilização significou um total de R$ 316 mil redirecionados para enfrentamento à pandemia.

A Covid-19 e as experiências de apoio também impactaram diretamente os termos e objetivos dos editais abertos e selecionados no restante do ano, o que será mais detalhado nos próximos capítulos deste relatório. Impactaram, ainda, as ações de engajamento e sensibilização da sociedade para a causa dos direitos humanos. Esse impacto continua presente no trabalho de 2021.

2. Apoio à sociedade civil

2.1. Disponibilizando recursos

2.1.1. Chamadas públicas

O Fundo de Apoio Emergencial: Covid-19 foi uma iniciativa inédita na trajetória do Fundo Brasil e uma ação estratégica para garantir respostas às emergências que surgiram no campo de direitos humanos com a chegada da pandemia. O Fundo Covid-19 permitiu à fundação dar suporte a ações fundamentais de preservação da vida de defensoras e defensores de direitos humanos, e de manutenção do funcionamento de organizações e coletivos locais em todo o país.

Para além da resposta à emergência da pandemia, em sua atuação regular, o Fundo Brasil disponibiliza recursos para apoiar a sociedade civil organizada em três formatos: **edital público, carta-convite e fundos de resposta rápida**. Em 2020 foram oito linhas de apoio à sociedade civil para a promoção e defesa dos direitos humanos. No total, foram 439 apoios no ano, somando R$ 8,4 milhões.

→ Fundo de Apoio Emergencial: Covid-19

Esta ação proporcionou ajuda humanitária e para continuidade do trabalho de defesa de direitos de comunidades, ativistas e grupos de base severamente atingidos pelos efeitos da pandemia. Foi viabilizada por meio de redirecionamento de

recursos internos e de esforços de captação de mais fundos junto a institutos e fundações nacionais e internacionais, e também a doadores individuais.

O Fundo Brasil abriu chamada pública e selecionou para apoio 274 iniciativas comunitárias de todos os estados brasileiros, que receberam entre R$ 5 mil e R$ 10 mil cada uma, em um total de R$ 2,5 milhões em doações.

Os recursos foram destinados a iniciativas em **quatro eixos**. O **primeiro** era voltado para **ajuda humanitária**: doações de kits de alimentos, higiene e limpeza, máscaras faciais, apoio psicossocial e jurídico, e auxílio para a inscrição no CadÚnico. O **segundo**, para a **continuidade do trabalho de defesa dos direitos humanos**: recursos para o trabalho remoto como laptops e créditos para celulares.

O **terceiro** eixo foi voltado a **apoio logístico**, como transporte de cestas básicas e medicamentos. E o **quarto**, à sobrevivência e continuidade do trabalho de **defensoras e defensores** com reconhecida atuação na promoção dos direitos humanos.

→ Edital Geral

(mulheres, trabalhadoras e trabalhadores domésticos e rurais, refugiados, juventudes)

O Edital Geral apoia projetos de grupos, coletivos, redes e organizações de base de todo o Brasil inseridos na ampla diversidade de pautas no campo dos direitos humanos – ano a ano, de acordo com as demandas do campo, são definidas abordagens prioritárias para os projetos a serem selecionados. Historicamente, a chamada de propostas é publicada em dezembro e o resultado da seleção, em junho. Desta forma, os períodos de apoio têm duração de meados de um ano a meados do próximo.

70 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Em 2020, os 21 grupos selecionados no Edital Geral **"70 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos"** deram sequência e foram encerrando suas atividades iniciadas em 2019.

2.1. Disponibilizando recursos

COMITÊ DE SELEÇÃO 2020

Aurélio Viana
Denise Dora
Henrique Silveira
Joyce Rodrigues
Juliana Oliveira
Paulo Pankararu
Samira Bueno

Resistência

(comunidades tradicionais, direito à cidade, juventudes, intolerância religiosa, migrações, mulheres, pessoas LGBTQIA+, povos indígenas, quilombos, violência do Estado, trabalhadores/as rurais e domésticos/as)

Um novo grupo de 21 organizações, de 16 estados, foram selecionadas no Edital Geral “Resistência” para receber, conjuntamente, R$ 800 mil. Essas organizações iniciaram suas atividades no segundo semestre de 2020. Os projetos selecionados estão descritos a seguir.

2.1. Disponibilizando recursos

Associação dos Haitianos do Rio Grande do Sul (RS)
O projeto **Os imigrantes com direitos humanos** tem como objetivo promover os direitos econômicos, sociais e ambientais para a população negra de imigrantes e refugiados no Rio Grande do Sul. Em situação de vulnerabilidade social, essas pessoas enfrentam discriminação racial, xenofobia e outros preconceitos.

Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador (BA)
Marias Felipas, caboclas e guerreiras negras na defesa do território do Centro Antigo e Histórico de Salvador visa garantir a permanência de moradores e trabalhadores nesse território. Para isso, pretende enfrentar as intervenções que impulsionam expulsões ou remoções dessas pessoas das áreas em que vivem historicamente.

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - Apoinme
Território, tradição e resistência: mulheres indígenas do LE e NE é um projeto que visa criar um espaço de diálogo entre as mulheres representantes dos povos da área de atuação da Apoinme. Destes encontros surgirão ações, capacitações e estratégias de atuação para as comunidades das regiões Leste e Nordeste.

Articulação Nacional das Pescadoras (PI)
O projeto **Mulheres na resistência: as vozes do território das águas** propõe articular mulheres pescadoras contra a vulnerabilidade social, as más condições de trabalho e os impactos socioambientais decorrentes de grandes empreendimentos econômicos nas comunidades pesqueiras da Planície Litorânea do Piauí.

Associação Anetete da Comunidade Indígena Guayvyry (MS)
Com o projeto **Direito indígenas: território, saúde indígena, educação indígena e educação escolar indígena**, a associação propõe debates e encontros virtuais para fortalecer a organização política do povo Guarani Kaiowá e definir estratégias para buscar os direitos definidos no título da proposta.

Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão da Mutuca (MT)
Além da resistência "Tereza de Benguela" traz como proposta realizar, a partir de um seminário em homenagem ao Dia Nacional de Tereza de Benguela, debates sobre saúde, educação, terra, território e o papel da mulher quilombola no cenário político. Do encontro resultará um planejamento para a ação coletiva em defesa dos direitos quilombolas.

Associação de Afro Envolvimento Casa Preta (PA)
O projeto **Comunicação livre: são as folhas da ilha. Rádio no combate à intolerância religiosa** propõe oficinas de produção de programas de rádio com conteúdos relacionados ao cotidiano dos terreiros de Candomblé e Umbanda. O objetivo é que este material educativo ajude na desconstrução do preconceito e no combate ao racismo religioso.

Associação de Trabalhadores na Educação e Produção em Agroecologia Milton Santos (PR)
Com o projeto **Terra, resistência, diversidade sexual e de gênero**, o grupo quer oferecer a camponeses e camponesas uma formação continuada sobre temas relacionados à diversidade sexual e de gênero, conduzida por militantes LGBT da reforma agrária popular no Paraná. Desta forma, pretende contribuir com o fim da LGBTfobia nestes territórios de reforma agrária.

Associação Jovens para o Futuro (CE)
O projeto **Jovens artesãos - exigibilidade de direitos para a população pobre, rural, negra, juvenil e artesã de Salitre** busca o fortalecimento institucional deste coletivo jovem e rural, por meio de oficinas formativas básicas sobre direitos.

Associação Wajãpi Terra, Ambiente e Cultura (AP)
Apoio à organização política e defesa dos direitos coletivos dos povos indígenas tem o objetivo de fortalecer a mobilização dos Wajãpi para garantia de seus direitos frente às ameaças da atual conjuntura política do país.

Associação Wanasseduume Ye'kwana (RR)
Fortalecimento do Fórum de Lideranças da Terra Indígena Yanomami é um projeto que busca defender os direitos do povo Ye'kwana nas regiões dos rios Auaris e Uraricoera. Serão reunidas propostas para preservar a integridade do território e para promover alternativas econômicas sustentáveis com respeito à cultura, ao meio ambiente e aos modos de vida tradicionais.

Coletiva Aroeira de Povo de Terreiro (PB)
Aqui tem caminho para caminhar: percorrendo saberes e reafirmando resistências surge para estabelecer diálogo permanente e acolhedor entre as comunidades dos terreiros da Paraíba e destas com a sociedade em geral, em busca do fim da intolerância religiosa e do racismo.

2.1. Disponibilizando recursos

Coletivo Amazônico LesBiTrans (PA)

Por meio de ações de formação e advocacy, o projeto **Direitos socioambientais no âmbito dos megaprojetos** busca visibilizar e fortalecer a luta pela segurança das mulheres negras LBTs amazônidas moradoras dos reassentamentos coletivos impostos pela hidrelétrica de Belo Monte.

Coletivo Mães de Manguinhos em parceria com o Núcleo de Atenção Psicossocial a Afetados pela Violência de Estado (RJ)

O projeto **Tecendo memórias e resistências** propõe espaços de escuta, apoio psicológico, criação artística e mobilização política a partir de encontros de mães e familiares de vítimas de violência de Estado na região de Manguinhos.

Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais - N'Golo (MG)

Enfrentar um contexto político de negação das regularizações fundiárias dos territórios quilombolas é o objetivo do projeto **Instrumentos de autogestão para comunidades quilombolas enquanto estratégias de luta e acesso a direitos no contexto mineiro**. O grupo vai atuar por meio de fortalecimento de mecanismos de proteção territorial.

Fórum Estadual de Juventude Negra (ES)

O projeto **Conexão preta periférica: curso de gestão política para jovens negras periféricas** volta-se para formação e qualificação online de 30 mulheres neste perfil com foco na temática racial em sua intersecção com questões do dia a dia das jovens periféricas.

Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (PE)

Núcleos de resistência: meninas e mulheres pensando a defesa de direitos a partir do feminismo rural propõe fortalecer núcleos de base de trabalhadoras rurais por meio de formação para a defesa de direitos, contra a opressão de gênero e pelo fim da naturalização das violências contra mulheres.

N'zinga Coletivo de Mulheres Negras (MG)

O projeto **Nzinga: 33 anos – seguimos resistindo!** busca o fortalecimento institucional do grupo com ações para o enfrentamento ao racismo institucional, religioso, ambiental e educacional. Propõe-se monitorar denúncias e o desdobramento de casos de intolerância e violência religiosa, bem como de violações dos direitos de mulheres negras atingidas por grandes empreendimentos em Minas Gerais.

Organização Baniwa e Koripako Nadzoeri (AM)

Mobilização e fortalecimento das mulheres indígenas Baniwa e Koripako da Bacia do Içana consiste em promover o protagonismo dessas mulheres na luta por direitos fundamentais como educação e saúde, pela preservação de sua cultura e do meio ambiente e pelo bem viver em seus territórios.

Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Estado da Bahia

O projeto **Sindoméstico-BA, 30 anos na resistência e luta por direitos e igualdade no mundo do trabalho** propõe o curso de formação de Promotoras Legais Populares para trabalhadoras domésticas e lideranças sindicais.

Sindicato dos Trabalhadores e Empregados Domésticos da Baixada Fluminense (RJ)

Para enfrentar violações sistemáticas dos direitos das trabalhadoras domésticas, como exploração e precariedade extremas, o projeto **Trabalho doméstico, trabalho decente: resistindo ao trabalho escravo e ao desmonte da democracia** busca conscientizar e mobilizar a categoria para exigir ampliação de seus direitos e a garantia das conquistas sociais previstas em lei.

→ Defensores de Direitos Humanos

Essa linha tem os objetivos de fortalecer organizações da sociedade civil na criação e adoção de medidas de proteção de defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil. Por meio do **edital dirigido Fortalecendo Organizações de Defesa de Direitos e suas Redes para Aprimorar a Proteção de Defensores de Direitos Humanos em Risco no Brasil**, que convidou 177 organizações mapeadas após extensa pesquisa e contatos no campo ao longo de 2019 para apresentarem propostas de trabalho, o Fundo Brasil selecionou 22 projetos. Nomes dos grupos selecionados não foram divulgados em nenhum momento, como medida de proteção estabelecida nos termos do edital.

Com apoio de Fundação Ford, CLUA, Porticus, Oak Foundation e Open Society Foundations, esse edital R$ 1 milhão.

2.1. Disponibilizando recursos

→ Enfrentando o Racismo a Partir da Base

Em 2020, o Fundo Brasil realizou uma segunda chamada pública nesta linha de apoio. O edital **Enfrentando o Racismo a Partir da Base: Fortalecimento Institucional e Mobilização Para Defesa de Direitos** é voltado para fortalecimento institucional. Ou seja, os apoios são destinados tanto para manutenção da própria organização quanto para atividades que o grupo já realiza ou quer viabilizar, de acordo com a sua proposta para a defesa dos direitos humanos no campo antirracista.

Os repasses são de até R$ 50 mil para cada grupo, totalizando R$ 1 milhão em apoios feitos pelo Fundo Brasil, em parceria com Fundação Ford, Instituto Ibirapitanga e Open Society Foundations. A seguir, informações sobre as 21 iniciativas, de 17 estados, que foram selecionadas.

O primeiro edital Enfrentando o Racismo a Partir da Base foi em 2018, e parte dos **grupos daquele ano**, com propostas de trabalho de 18 meses, continuaram suas atividades em 2020.

COMITÊ DE SELEÇÃO 2020

Felipe Freitas
Ieda Leal
Jaqueline Lima
Mônica Oliveira

2.1. Disponibilizando recursos

Associação Comunidade Cultural Quilombaque (SP)
Propõe capacitar jovens agentes comunitários para atuação ativa na luta por seus direitos e pelos direitos coletivos. Ainda, intensificar as ações existentes de formação identitária, ampliar a rede de acolhimento, promover a conscientização sobre a necropolítica e implantar o encaminhamento jurídico para vítimas de racismo em Perus e região.

Associação de Cooperação das Comunidades Quilombolas de Pernambuco
Criada a partir do 5º Encontro das Comunidades Quilombolas de Pernambuco, a entidade tem como fundamento promover o desenvolvimento socioambiental, econômico, cultural e étnico das comunidades quilombolas do estado. O objetivo é realizar encontros com lideranças quilombolas em busca de soluções para as problemáticas raciais e sociais enfrentadas nestes territórios.

Associação de Mulheres Negras do Acre
Unir e formar as mulheres negras para enfrentar as desigualdades, a miséria, a exclusão e o genocídio da população negra é a proposta da associação. Para isso, propõem criar momentos de reflexão coletiva sobre a vulnerabilidade das mulheres negras e da juventude negra, sobre políticas de promoção de equidade racial, ações afirmativas e estratégias para pressionar por esses direitos.

Bamidelê - Organização de Mulheres Negras da Paraíba
Fortalecer a organização institucionalmente para a atuação política na perspectiva do enfrentamento ao racismo. O projeto visa a formação e mobilização de lideranças negras para a denúncia pública do racismo e exigência de respostas governamentais às demandas da população negra. Por isso, é essencial a capacitação das mulheres periféricas e quilombolas para a atuação em seus territórios.

Bocada Forte Hip Hop (SP)
Grupo que atua em diversas frentes pela promoção da equidade racial e usa hip hop para o enfrentamento às injustiças sociais. Este apoio está centrado na luta por direitos e por qualidade de vida dos migrantes haitianos que vivem na Zona Sul da cidade de São Paulo.

Centro Coisa de Mulher/Casa das Pretas (RJ)
Fortalecer a estrutura de atuação enquanto uma organização de liderança negra, que contribui para elevar a qualidade de vida de mulheres negras e a equidade de gênero e raça. A organização trabalha em busca de soluções para questões políticas, econômicas, sociais e culturais, que instrumentalizem e possibilitem a essas mulheres acesso aos espaços de poder, com vistas a reduzir e eliminar a forte intersecção entre gênero, raça e pobreza na sociedade brasileira.

Centro Cultural Cambinda Estrela (PE)
O grupo quer criar conteúdo antirracista sobre os saberes tradicionais do Cambinda, difundindo essa programação nas redes sociais, na TV Cambinda e na Rádio Afro Comunitária Cambinda. Braço do Maracatu Nação Cambinda Estrela, tem como objetivo defender e promover a cultura afro-brasileira.

Centro Memorial de Matriz Africana 13 de Agosto (RS)
Com este apoio, o grupo promove a continuidade de ações formativas para o incentivo, resgate e preservação das tradições de Matriz Africana. Faz isso a partir de uma vivência comunitária e por meio de atividades como oficinas, seminários e encontros para fomentar e propor uma teia legislativa de proteção da matriz africana.

Coletivo de Assessoria Cirandas (RN)
A iniciativa, formada por jovens negros, tem o intuito de contribuir com as lutas comunitárias em Salvador e na região metropolitana a partir do monitoramento de políticas públicas, de ações de advocacy e litigância estratégica, no combate ao racismo contra crianças e adolescentes e a outras formas de discriminação.

Coletivo de Mulheres Negras de Cáceres (MT)
O apoio visa estruturar um espaço físico para o coletivo, que servirá para o acolhimento das mulheres negras e indígenas e para a auto-organização em busca de soluções para os desafios vivenciados por essas cidadãs no município de Cáceres: machismo, racismo, pobreza, violências diversas e ausência de políticas públicas nas periferias.

Coletivo Sapato Preto - Lésbicas Negras Amazônidas (PA)
O coletivo busca construir uma rede de enfrentamento ao racismo ambiental e territorial e outras violências enfrentadas pelas mulheres negras amazônidas lésbicas, bissexuais, trans e demais integrantes da população LBTQIA+, e fortalecer esses grupos para o reconhecimento de seus direitos e pela resistência em seus territórios.

2.1. Disponibilizando recursos

Fórum de Organizações Negras de Sergipe

É um espaço permanente de discussão, construção e deliberação de ações coletivas das organizações negras de Sergipe, contra o racismo e pela democracia. Com esse apoio, o Fórum quer viabilizar uma sede para suas atividades.

Fórum Nacional de Travestis e Transexuais (PI)

A organização propõe iniciativas de formação de lideranças travestis e transexuais negras e negros para ampliar a rede de apoio dessa população para o acesso à justiça. O projeto vai receber denúncias e orientar vítimas de violência, encaminhar ocorrências às autoridades e monitorar o seu andamento. Também pretende propor políticas públicas específicas e a ampliação das já existentes.

Grupo de Mulheres do Alto das Pombas (BA)

Intensificar as ações de legitimação e fortalecimento do grupo para lutar por equidade racial e de gênero e pela melhoria da qualidade de vida das mulheres negras é a proposta. A atuação vai no sentido de ampliar a formação política e o exercício da cidadania dessas mulheres em suas comunidades.

Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso

Fomentar ações afirmativas nas áreas de educação, cultura, saúde, direitos humanos e empreendedorismo, utilizando-se de parcerias com coletivos, associações, redes, grupos culturais, movimentos sociais, sindicatos, empresas privadas e instituições públicas para empoderar jovens e mulheres negras, individual e coletivamente, na luta contra o racismo e pela defesa dos seus direitos.

Instituto do Negro de Alagoas

Com atuação voltada ao enfrentamento ao racismo e à busca pela promoção dos direitos socioeconômicos da população negra em Alagoas, o Instituto quer fortalecer essa atuação. Pretende fazer isso por meio de diálogo com gestores públicos e proposições de políticas públicas junto aos poderes institucionais.

Quilombo dos Luízes (MG)

Este coletivo quilombola ancestral, que vive e resiste em ambiente urbano, é uma referência da luta quilombola e nos encaminhamentos das reivindicações dessa população na cidade de Belo Horizonte. Historicamente liderado por mulheres, vem propondo atividades de diálogo intergeracional para resgate de saberes e da história da diáspora africana no Brasil, mapeamento de todos os membros da comunidade, produção literária para implementação da Lei 10.639 e criação de horta urbana na busca por segurança alimentar.

Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência da Baixada Fluminense (RJ)

Organizadas em rede em um território muito afetado pela violência do Estado e que conta com cerca de 60% de sua população preta e parda, as mães e familiares querem dar sequência a um espaço comunitário de escuta, apoio, cuidado e diálogo contra o racismo e demais violências.

Rede Mulheres Negras (CE)

A rede atua articulando movimentos e grupos de mulheres da luta antirracista no estado do Ceará, com o objetivo de defender direitos e o bem viver para as mulheres negras. Esta proposta é focada em fortalecimento e ampliação de articulações políticas e culturais entre esses grupos.

Revista Afirmativa - Coletivo de Mídia Negra (BA)

Dar continuidade às ações de comunicação do coletivo, potencializando territórios de maiorias negra e indígena, tais como periferias, favelas, quilombos, aldeias, florestas e ocupações urbanas e rurais. As ações da mídia negra fortalecem os sujeitos mais vitimizados pelo capitalismo racista patriarcal.

Terreiro Ilê Axé Jitolú (BA)

Promover a formação dos filhos e filhas de santo de diferentes terreiros de Candomblé, negros e negras, deste e de outros centros de matrizes africanas, em todos os ambientes da sociedade, para o enfrentamento ao racismo e à intolerância religiosa. A proposta de trabalho é focada em informação, diálogo, proteção e direitos dos povos de terreiro.

2.1. Disponibilizando recursos

→ Justiça Criminal

A linha de Justiça Criminal tem como objetivo central o enfrentamento ao encarceramento em massa no Brasil, suas implicações e consequências. Em 2020, foram selecionadas, por meio de **cartas-convite para apresentação de propostas de trabalho**, as 5 organizações descritas a seguir. Essa linha é viabilizada por meio de parceria com Oak Foundation.

No fim de 2020, por meio do edital Direitos Humanos e Justiça Criminal, essa linha selecionou 15 novas organizações para apoio a projetos. Dessas iniciativas, 4 são voltadas à promoção dos direitos humanos das pessoas egressas do sistema prisional, abordagem que foi incluída com apoio da Porticus. Os novos grupos começam a trabalhar em 2021.

2.1. Disponibilizando recursos

Centro de Formação do (a) Negro (a) da Transamazônica e Xingu - CFNTX (PA)

O projeto **Desencarcera Amazônia: fortalecendo o debate e estratégias de enfrentamento às prisões provisórias, tortura e extermínio carcerário na Amazônia brasileira** propõe fortalecimento de uma rede de familiares e amigos de pessoas encarceradas e de agentes públicos que atuam na pauta anticárcere; incidência pelo fortalecimento das políticas públicas de atendimento às pessoas encarceradas; e impulsionamento de debates sobre audiência de custódia e sobre a criação de um Conselho Penitenciário Municipal de Altamira.

Elas Existem - Mulheres Encarceradas e Eu Sou Eu (RJ)

Em parceria, as duas organizações da cidade do Rio de Janeiro propõem o **Projeto direito, cidadania e empreendedorismo – intra e extramuros** para contribuir na redução da taxa de reincidência. Fazem isso por meio da atuação voltada para as pessoas egressas dos sistemas prisional e socioeducativo com focos em: capacitação profissional; suporte para a compreensão de direitos; e apoio psicossocial e acolhimento.

Rede de Justiça Criminal

Composta por oito organizações que atuam em advocacy e informação à sociedade, a rede propõe o projeto **Ampliando o alcance a interlocução da Rede Justiça Criminal: o desafio da capilaridade territorial**. Alguns dos principais objetivos são: contribuir para derrotar projetos de lei que representam retrocessos no sistema de justiça criminal brasileiro; formular e defender propostas mais positivas para esse sistema; construir uma agenda de incidência sobre a política de drogas; expandir a Rede e fortalecer as organizações que a compõem.

Sociedade Maranhense de Direitos Humanos - SMDH

Com o projeto **Enfrentando o seletivismo penal e suas consequências**, a organização propõe atuar pela redução do número de encarceramentos e pela ampliação do uso de alternativas penais e de liberdade provisória, diminuindo, assim, as prisões provisórias no estado do Maranhão. O projeto também propõe fortalecer a Frente Estadual Pelo Desencarceramento e disseminar informações à população sobre seletividade penal, fomentando e fortalecendo este debate e a luta pelo desencarceramento.

Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade (RS)

Passagens: gênero, sexualidade e justiça criminal é um projeto de incidência para reduzir as prisões provisórias de pessoas LGBTI+ por meio de atividades educativas e pedagógicas voltadas aos operadores do sistema de justiça criminal, atividades de comunicação e advocacy para sensibilização desses operadores do sistema e da sociedade em geral, fortalecimento comunitário das pessoas LGBTI+ e assessoria jurídica para reduzir as prisões provisórias ilegais ou reversíveis.

→ Combatendo o Trabalho Infantil na Indústria da Moda

Em parceria com o então Instituto C&A - atual Fundação Laudes - o Fundo Brasil construiu esse edital a partir de um mapeamento nacional e de visitas a grandes polos de confecção do país, para compreender onde estavam as organizações da sociedade civil trabalhando neste tema e quais eram suas estratégias e demandas. O edital selecionou 10 propostas de combate à exploração do trabalho infantil na indústria da moda e uma iniciativa de comunicação. Destes, 5 projetos tinham atividades em andamento em 2020. **Saiba mais sobre o edital Combatendo o Trabalho Infantil na Indústria da Moda.**

2.1. Disponibilizando recursos

2.1.2. Fundos de resposta rápida

→ Apoio Emergencial - SOS Amazônia

Por meio deste fundo de resposta rápida, o Fundo Brasil destina recursos para o enfrentamento de situações de emergência vividas por organizações e comunidades indígenas na Amazônia Legal brasileira. Podem ser apoiadas iniciativas que visam proteger áreas ameaçadas pelo fogo, por desmatamento e pela atuação de garimpeiros, madeireiros e pescadores; que busquem assegurar a proteção de terras indígenas onde vivem povos isolados sob ameaça iminente; e garantir a segurança de pessoas e organizações indígenas ameaçadas e vítimas de violência; entre outras. Podem ser solicitados recursos entre R$ 10 mil e R$ 50 mil por pedido.

O Apoio Emergencial - SOS Amazônia é uma parceria do Fundo Brasil com a COIAB (Coordenação das Organizações da Amazônia Indígena Brasileira)

COMITÊ INDÍGENA

Gersem Baniwa
Kleber Karipuna
Paulo Pankararu

A análise dos pedidos emergenciais é feita por um Comitê Indígena. O fundo emergencial é viabilizado por meio de parcerias com Global Wildlife Conservation (GWC), No Peace Without Justice, Nia Tero e Instituto Galo da Manhã.

Em 2020, o valor total dos pedidos emergenciais apoiados foi de R$ 731 mil. Foram atendidas solicitações de:

2.1. Disponibilizando recursos

Associação de Jovens Indígenas Nambiquaras (Terra Indígena Nambikwara – MT)
Defesa territorial e ambiental em decorrência da crescente expansão das áreas de monoculturas mecanizadas de soja e algodão, de pastagens e de instalação de empreendimentos hidrelétricos.

Associação de Seringueiros, Produtores e Artesãos Kaxinawá de Nova Olinda (Terra Indígena Kaxinawa Nova Olinda – AC)
Enfrentamento às invasões das terras, praticadas principalmente por caçadores não indígenas e madeireiros.

Associação dos Agricultores Familiares Indígenas da Comunidade do Pium (Terra Indígena Manoá Pium – RR)
Enfrentamento ao tráfico humano e de drogas e ao garimpo ilegal, bem como às consequências socioeconômicas da pandemia de Covid-19.

Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá (Terra Indígena Katukina Kaxinawá – AC)
Combate às invasões por caçadores, madeireiros e fazendeiros e enfrentamento às consequências socioeconômicas da pandemia de Covid-19.

Associação Indígena Pariri (Terra Indígena Sawre Muybu - PA)
Proteger uma região na Bacia do Tapajós situada em trecho da fronteira agropecuária.

Associação Instituto Bepotire Xikrin (Terra Indígena Trincheira Bacajá – PA)
Proteção do território Xikrin frente às crescentes invasões.

Associação Metareilá do Povo Indígena Surui (Terra Indígena Sete de Setembro – RO)
Proteção ambiental e territorial contra queimadas, considerando o período de seca e as invasões.

Associação Niorsch Haukina (Terra Indígena Portal do Encantado – MT)
Proteção do território contra queimadas.

Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (Terra Indígena Yanomami – AM/RR)
Combate ao garimpo ilegal e mitigação das consequências da pandemia de Covid-19.

Consórcio dos Produtores Sateré Mawé (Terra Indígena Andira-Marau – AM)
Enfrentamento a queimadas e invasões territoriais por garimpeiros e madeireiros.

Fórum de Educação Escolar e Saúde Indígena do Amazonas (Manaus – AM)
Proteção de lideranças ameaçadas e enfrentamento às decorrências da pandemia.

Guardiões da Floresta (Terra Indígena Arariboia – MA)
Resguardo das aldeias dos povos Guajajara e Awa Guaja (isolados) em uma área tomada por madeireiros e caçadores e que enfrenta extrema violência.

Instituto Pupykary (Terra Indígena Lourdes Cajueiro – AC/AM)
Combate a invasões por madeireiros e ações de mitigação da pandemia.

Instituto Raoni (Terra Indígena Capoto Jarina – MT)
Proteção ambiental e territorial contra invasões às terras e queimadas.

Organização das Lideranças Indígenas do Município de Careiro da Várzea (Terra Indígena Sissayma - AM)
Resistência do povo Mura às invasões de fazendeiros e madeireiros para extração ilegal de madeira e grandes derrubadas para criação de pasto.

2.1. Disponibilizando recursos

→ Apoio Emergencial - Defensores de Direitos Humanos

Destina recursos para viabilizar a proteção a indivíduos, seus familiares e círculo mais próximo. O suporte é voltado a enfrentar situações de ameaça decorrentes especificamente da atuação da pessoa em risco na defesa dos direitos humanos. Logística, alimentação, atendimento à saúde física e psicológica, assessoria jurídica e fortalecimento das redes de proteção são ações que podem receber apoio financeiro.

Nomes das pessoas apoiadas não são divulgados como medida de proteção. Este fundo emergencial é viabilizado com o apoio da Fundação Ford, CLUA, Porticus, Oak Foundation e Open Society Foundations. Em 2020, foram doados um total de R$ 200 mil.

2.2. Promovendo articulação e fortalecendo capacidades

Para além da doação de recursos financeiros, o Fundo Brasil oferece assistência técnica e suporte à articulação para os projetos apoiados, com objetivo de potencializar seus efeitos, sempre de acordo com as especificidades e estratégias de cada grupo.

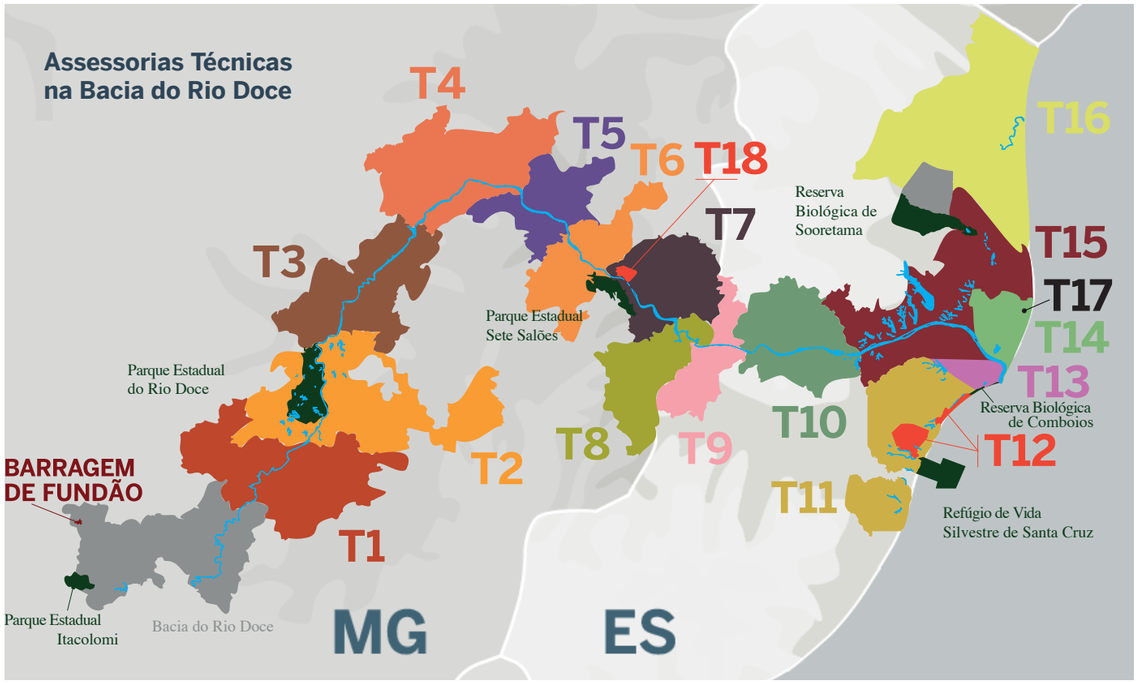
No atípico ano de 2020, a necessidade de isolamento social impôs a virtualização das relações. Por este motivo, e em atendimento às urgências, às necessidades e ao tempo de rearticulação de cada grupo, o acompanhamento dos projetos se deu de forma mais individualizada.

Antes que a Covid-19 fosse classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde, a equipe do Fundo Brasil esteve em Pernambuco para acompanhar o trabalho de quatro grupos. Foram feitas reuniões e visitas aos projetos da Avante Educação e Mobilização, no município de Riacho das Almas, e do Instituto UESCC, em Santa Cruz do Capibaribe, ambos iniciativas apoiadas no edital Combatendo o Trabalho Infantil na Indústria da Moda; e também aos grupos LGBT Sete Cores e Slam das Minas de Pernambuco, ambos na região metropolitana de Recife e apoiados no Edital 70 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Em dezembro, o Fundo Brasil realizou o encontro nacional de projetos apoiados. Ativistas e lideranças de todo o país debateram a conjuntura da defesa de direitos no país assolado pela pandemia de Covid-19. Compartilharam desafios e estratégias de atuação em rodas de conversa temáticas sobre resistência e direitos humanos; defesa de defensoras e defensores; situação no sistema prisional brasileiro; questões de terra e território; e enfrentamento ao racismo. E participaram, ainda, de oficinas de comunicação estratégica e captação de recursos para promoção de causas, prestação de contas e transparência.

O 14º Encontro Anual de Projetos, pela primeira vez realizado virtualmente, contou com mais de 100 ativistas, de 21 estados brasileiros, representando 75 grupos apoiados pelo Fundo Brasil.

2.3. Programa Rio Doce



O programa Rio Doce é uma linha especial de ação em que o Fundo Brasil apoia a participação autônoma e efetiva das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, no processo de reparação dos danos que sofreram. O vazamento de rejeitos de mineração no Rio Doce é um dos maiores desastres socioambientais da história.

Atuando como expert do Ministério Público Federal, o trabalho do Fundo Brasil teve início em novembro de 2017 e alcança 42 municípios ao longo de toda a Bacia do Rio Doce e região costeira do Espírito Santo. O objetivo é garantir que as populações atingidas tenham sua voz ouvida no processo de reparação integral dos danos causados, incluindo povos indígenas, comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais ao longo de todo o território.

Um ponto central do papel do Fundo Brasil é a contratação e coordenação metodológica das entidades escolhidas e homologadas pela Justiça para desempenhar o papel de Assessorias Técnicas (ATs), a fim de que realizem o seu trabalho de forma autônoma e independente das empresas responsáveis pela barragem que se rompeu.

Um processo de negociação entre Instituições de Justiça, ATs e empresas responsáveis pelo rompimento da barragem de Fundão foi estabelecido em 2019 para definir a contratação. No entanto, no começo de 2020, essa questão foi judicializada e passou a ser tratada na 12ª Vara de Justiça de Minas Gerais, onde os planos de trabalho das Assessorias Técnicas aguardam aprovação para que se possa dar seguimento à sua contratação e início dos trabalhos nos territórios.

O Fundo Brasil atuou no apoio às ATs e ao Ministério Público Federal tanto na mesa de negociação quanto no processo judicial, participando de reuniões diversas, analisando e validando os Planos de Trabalho e produzindo relatórios e notas técnicas para subsidiar os debates.

2.3. Programa Rio Doce

Articulação e participação

Ao mesmo tempo, a equipe do Programa Rio Doce atuou para manter a articulação com as Comissões de Atingidos e Atingidas em todo o território. Para isso, foi necessário pensar novas formas de comunicação no contexto da pandemia de Covid-19, que impediu a realização de reuniões presenciais.

Parte desse trabalho foi apoiar a participação das pessoas atingidas nas instâncias de governança criadas pelos acordos judiciais que regem o processo de reparação integral: o Comitê Interfederativo (CIF), as 11 Câmaras Técnicas temáticas e outros fóruns relacionados. Num primeiro momento, esse trabalho ia além da articulação e passava por todo o acompanhamento logístico das pessoas atingidas, buscando garantir que tivessem as melhores condições para sua viagem e estadia nos locais das reuniões. Mais tarde, em função das medidas de contenção ao avanço do novo coronavírus, as reuniões presenciais foram suspensas e passaram a ser realizadas por meio de videoconferência. O Fundo Brasil manteve sua atuação, buscando apoiar as pessoas atingidas em sua participação neste outro formato.

A participação das pessoas atingidas no CIF e nas Câmaras Técnicas também envolve um componente importante de comunicação. A equipe do Fundo Brasil produz informes e mensagens avisando a respeito das reuniões agendadas e procedimentos de participação. No período deste relatório, foram 126 reuniões que levaram ao envio de cerca de 200 mensagens em grupos de Whatsapp, dando início a um número ainda maior de diálogos com pessoas atingidas.

Comunicação

Um dos papéis previstos para o Fundo Brasil no Programa Rio Doce é realizar ações de comunicação coordenadas com as ATs em todo o território atingido. Com o impasse a respeito da contratação das entidades escolhidas, essa tarefa foi prejudicada, mas ainda assim foram realizadas algumas ações pontuais a pedido do Ministério Público Federal.

A primeira delas, realizada em julho de 2020, consistiu na divulgação de áudio e materiais visuais informativos, atualizando as pessoas atingidas a respeito do acesso ao direito à assessoria técnica e do impasse na contratação das entidades atingidas. Também em julho, o Fundo Brasil produziu materiais para disseminar uma decisão judicial que assegurava a distribuição de silagem aos produtores rurais da Bacia do Rio Doce.

A **página do Programa Rio Doce** no site do Fundo Brasil de Direitos Humanos foi reformulada para incluir, além de informações atualizadas sobre todo o processo de escolha das Assessorias Técnicas em cada território, um mapa interativo que busca tornar mais intuitivo o acesso a informações relativas ao programa.

Subsídios técnicos para apoiar o trabalho das ATs

A equipe do Programa Rio Doce elaborou três subsídios técnicos sobre temas da reparação, buscando uma melhor compreensão dos limites de alguns dos programas implementados e como forma de apoiar o futuro trabalho das entidades de assessoria técnica nessas questões.

O primeiro foi um levantamento de estudos e análises a respeito do cadastro das pessoas atingidas pela Fundação Renova. Porta de entrada para os demais programas de reparação, um cadastro feito de forma participativa e sensível às dificuldades da população atingida é fundamental para garantir a reparação integral. A equipe do Fundo Brasil sistematizou diversas análises já existentes que mostram os limites do processo de cadastro da forma como foi feito.

Outro produto buscou sistematizar estudos e pareceres a respeito dos mecanismos de queixa e reclamações colocados à disposição da população atingida pela Fundação Renova (fundação criada pelas empresas proprietárias da barragem rompida para conduzir o processo de reparação). Por fim, foi desenvolvido um protocolo de análise a respeito do mapeamento de comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas na região atingida, que também tem como finalidade apoiar o trabalho das assessorias técnicas que atuarão nos territórios atingidos e que trabalharão diretamente com essas comunidades.

Os três materiais deverão orientar o trabalho das Assessorias Técnicas quando contratadas e fornecer informações relevantes para o avanço do processo de reparação como um todo.

Consulta pública

A pedido do Ministério Público Federal, o Fundo Brasil realizou uma Consulta Pública em que as pessoas atingidas da Bacia do Rio Doce puderam expressar suas prioridades para a atuação da Força Tarefa Rio Doce no momento atual do processo de reparação integral. O resultado tem sido a base das propostas das Instituições de Justiça para a repactuação do processo de reparação integral que está em andamento.

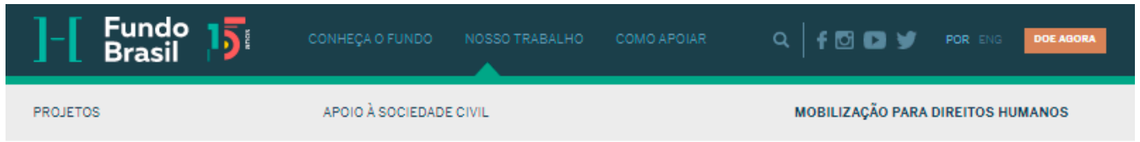
3. Mobilização para direitos humanos

O trabalho de relacionamento do Fundo Brasil busca sensibilizar e mobilizar a sociedade brasileira para apoiar a promoção dos direitos humanos. Neste sentido, as ações têm por objetivos: dar visibilidade e transparência aos trabalhos da própria fundação e dos grupos apoiados; destacar os impactos positivos da ação conjunta desse ecossistema de defesa de direitos na promoção da justiça social; e buscar o maior engajamento público possível nas causas dos direitos humanos, o que inclui também aumentar as doações para essas causas.

Em 2020, as ações de captação de recursos junto a indivíduos resultaram em um aumento da ordem de 38% nas doações individuais regulares, em relação ao ano anterior. No ano como um todo, considerando a excepcionalidade da mobilização e captação para fazer frente à emergência da pandemia, o número de doações quintuplicou em relação ao ano anterior.

As ações para promoção do Fundo de Apoio Emergencial: Covid-19 ampliaram significativamente o diálogo da fundação com públicos que até então não acompanhavam esse trabalho, como se verá a seguir. Também impactaram decisivamente outras iniciativas do ano de 2020.

3.1. Comunicação institucional



APOIAR A LUTA POR DIREITOS É AINDA MAIS RELEVANTE

O mundo vive uma situação delicada. O novo coronavírus é um desafio global de dimensões inéditas. De fácil e rápida transmissão, atingindo a todas e todos, a emergência do combate ao vírus evidencia uma enorme parcela da população que se encontra mais vulnerabilizada pela desigualdade social.

O Fundo Brasil apoia há 13 anos a mobilização da sociedade civil organizada na luta coletiva pela efetivação de direitos constitucionais de todas e todos os brasileiros. Isso significa dar suporte – financeiro, estratégico e técnico – a projetos que buscam melhorar a vida das pessoas que, neste país, têm seu pleno acesso à cidadania constantemente negado.

LEIA MAIS

→ Covid 19 - Promover Direitos Humanos no Contexto da Pandemia

No site institucional do Fundo Brasil foi criada uma página dedicada a informações confiáveis, úteis para ajudar a sociedade civil organizada a atravessar o período de pandemia. A página **Covid-19 – Promover Direitos Humanos no Contexto da Pandemia** reuniu notícias e ações do próprio Fundo Brasil, notícias e ações de nossa rede de parcerias, como iniciativas comunitárias, manuais de boas práticas, debates e eventos informativos online, editais e chamadas para apoio a ações de combate à Covid-19 lançadas por outras fundações e institutos.

Na plataforma Brasil de Direitos, projeto de comunicação colaborativa mantido pelo Fundo Brasil (*leia mais a seguir*), foram publicados conteúdos especiais sobre a atuação da sociedade civil no enfrentamento à Covid-19 e suas decorrências.

3.1. Comunicação institucional

→ Plataforma Brasil de Direitos

A Brasil de Direitos é um projeto de comunicação colaborativa com o objetivo de destacar o trabalho e o olhar da sociedade civil sobre os grandes temas de direitos humanos do país. Lançada no fim de 2019, a plataforma contou, em 2020, com 41 grupos apoiados pelo Fundo Brasil na criação de conteúdos ou no fornecimento de informações.

Uma newsletter quinzenal, um **Guia de Fontes** para jornalistas e uma seção **Glossário**, onde são abordados, de forma explicativa, conceitos dos direitos humanos foram produtos derivados da Brasil de Direitos também lançados em 2020. Ainda, foram realizados dois debates online com ativistas e vários vídeos, inclusive o de **comemoração e agradecimento** às organizações parceiras pelo primeiro ano de trabalho conjunto. Coleções especiais e temáticas de conteúdos analíticos sobre as grandes pautas de direitos humanos debatidas no país impulsionaram uma maior disseminação dos conteúdos da plataforma Brasil de Direitos ao público em geral. Os especiais temáticos sobre como **a sociedade civil se organizou para combater a fome e diversas formas de violência durante a pandemia**, sobre o **protagonismo da população negra na luta por direitos** e sobre **como repensar a segurança pública** foram acessados por milhares de leitores.

→ Debates online

Para lançar o edital Direitos Humanos e Justiça Criminal, o Fundo Brasil reuniu em um **evento online** ativistas, juristas e pesquisadores para debater, em dois dias, o saldo e os desafios de uma década de ações de enfrentamento ao uso abusivo da prisão provisória e os direitos das pessoas egressas do sistema prisional brasileiro.

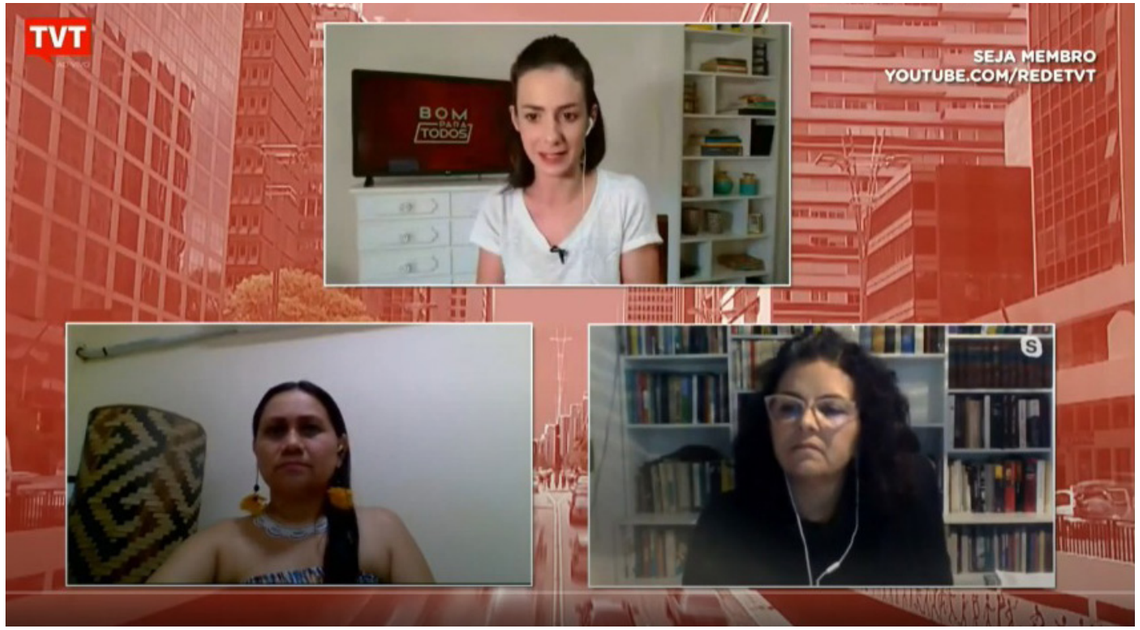
O lançamento do edital Enfrentando o Racismo a Partir da Base também foi feito em um **debate online** com lideranças de movimentos antirracistas.

→ Mídia

O segundo ano da parceria do Fundo Brasil com a TV dos Trabalhadores (TVT), emissora sem fins lucrativos, precisou ser adaptado para a situação de pandemia. Tal parceria consiste em participações de lideranças e ativistas parceiros do Fundo Brasil em debates ao vivo sobre causas de direitos humanos no programa Bom Para Todos.

Em 2020, essas participações migraram do estúdio da emissora em São Paulo para as ferramentas virtuais.

3.1. Comunicação institucional



No total, 36 convidadas e convidados participaram de 19 debates sobre Covid-19 e a violência contra mulheres, saúde dos povos indígenas na pandemia, protestos contra o racismo no Brasil, direitos LGBTQIA+ em ambiente institucional conservador, violência e assassinatos contra ativistas de direitos humanos, desaparecimentos forçados, luta quilombola pelo direito à terra, entre outros assuntos, sempre conectados com os debates nacionais de cada momento.

O Bom Para Todos é assistido por uma média de 200 mil pessoas a cada edição, na televisão; e é transmitido ainda pelas redes sociais.

3.2. Comunicando a causa dos direitos humanos

→ Série Juntas e Juntos #AoVivoComFundoBrasil

A Série Juntas e Juntos #AoVivoComFundoBrasil foi uma iniciativa de aproximar pessoas de diferentes campos do saber e da atuação na sociedade para conversas plurais e acessíveis sobre direitos humanos, sem desrespeitar o necessário isolamento social. Artistas, ativistas e comunicadores se encontraram virtualmente para dialogar sobre temas como direitos das mulheres, enfrentamento ao racismo e a luta dos povos indígenas.

As artistas Zezé Motta, Preta Gil, Fernanda Lima e o ator Rodrigo Dorado participaram de rodas de conversa com o Fundo Brasil

Junto com essas personalidades, as lideranças Gersem Baniwa, Edna Jatobá, Douglas Belchior e Dandara Rudsan foram recepcionadas nas rodas de conversa pelas dirigentes do Fundo Brasil, Ana Valéria Araújo e Allyne Andrade, e entrevistadas pela jornalista Flávia Oliveira e pelo professor Luiz Antônio Simas. Mais de 3.200 pessoas acompanharam esses diálogos.

3.2. Comunicando a causa dos direitos humanos

→ Mostra fotográfica virtual

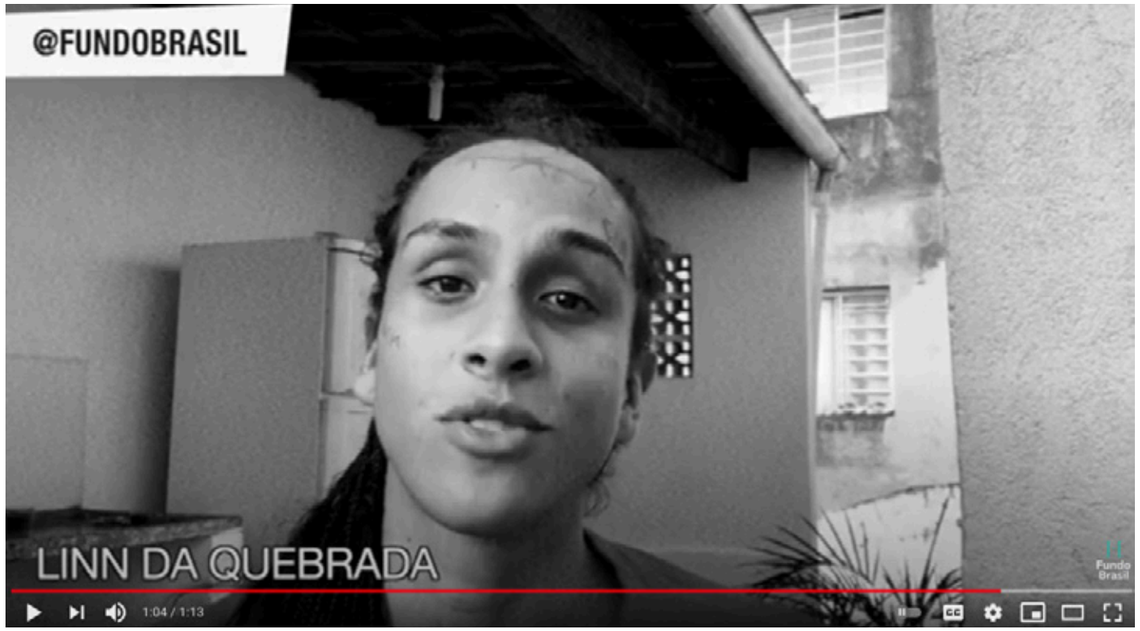
Imagens têm força mobilizadora fundamental na luta pelos direitos humanos. Em um ano em que a pandemia inviabilizou protestos, atos e intervenções no espaço público, o Fundo Brasil realizou a Mostra Virtual Olhares de Luta, que exibiu fotografias de 2019 e 2018 como uma estratégia para continuar disseminando a relevância e a beleza dessas lutas. Todas as imagens foram feitas por grupos, coletivos e organizações apoiadas pelo Fundo Brasil, por fotógrafas e fotógrafos profissionais ou não.

Nos meses de outubro e novembro, foram publicadas 50 fotografias, vistas mais de 88 mil vezes. A mostra teve ainda um **site exclusivo**.

→ Diálogos Musicais em Direitos Humanos

Realizado desde 2009, o evento **Diálogos Musicais em Direitos Humanos** foi, novamente, o momento de lançamento público do Edital Geral do Fundo Brasil - o edital 2021 Seguir Com Direitos. Em 2020, também o edital específico LGBTQIA+ Defendendo Direitos foi lançado no evento que, excepcionalmente, foi virtual, transmitido pelo Instagram: **a cantora Maria Rita recebeu, em seu perfil, a superintendente do Fundo Brasil, Ana Valéria Araújo.**

3.3. Captação de recursos com indivíduos no Brasil



→ Engajamento público contra a Covid-19

Atrizes, atores, cantoras e influenciadores se engajaram na tarefa de ampliar os recursos para o apoio do Fundo Brasil contra o novo coronavírus. Dezenove celebridades participaram voluntariamente da campanha de captação de recursos com indivíduos. A campanha contou com um **vídeo feito e editado voluntariamente pelos artistas**, um segundo **vídeo específico para prestação de contas**, e ainda dezenas de postagens nas redes sociais, pedindo doações e compartilhamento dos materiais de divulgação da campanha. Os artistas participaram ainda de entrevistas em veículos de imprensa divulgando a ação do Fundo Brasil. Desta forma, impactaram conjuntamente 35 milhões de pessoas.

→ Campanha Pontes

A campanha digital #ConstruaPontesNãoMuros, lançada em 2019, é portadora e disseminadora do conceito fundamental das ações de captação de recursos com indivíduos do Fundo Brasil. Continuou sendo divulgada durante o ano de 2020 como um convite para que a sociedade brasileira se engaje na tarefa de destinar recursos a grupos que estão à frente da ação pelos direitos humanos em todo o país. Essa campanha define o trabalho do Fundo Brasil como um elo que une doadores a organizações da ponta, com trabalhos relevantes em seus territórios. A campanha destaca quatro grandes causas que dialogam com as principais inquietações de parcela relevante da população brasileira: enfrentamento ao racismo, à violência contra as mulheres e as pessoas LGBTI+, e às violações de direitos dos povos indígenas.

→ Fundos individuais de doadores

Também no âmbito da campanha Pontes, o Fundo Brasil seguiu com a estratégia de criar fundos individuais para doadoras e doadores que têm interesse em convidar sua rede de contatos para também apoiar o trabalho da fundação. Por meio de páginas personalizadas, pessoas que conhecem e confiam no trabalho da fundação podem, com pouco esforço, ajudar a ampliar as doações a projetos apoiados pelo Fundo Brasil.

Para essas e esses doadores, também foi lançada em 2020 a ferramenta de envio de notícias por Whatsapp e o **Portal do Doador**, ferramenta planejada para proporcionar o pleno controle das contribuições, de forma fácil e autônoma.

→ Dia de Doar

O Dia de Doar é uma campanha global com o objetivo de sensibilizar o maior número possível de pessoas para a importância da doação de recursos para apoiar causas e lutas sociais. Ocorre todos os anos entre o fim de novembro e o começo de dezembro e, no Brasil, é organizado pelo Movimento Por Uma Cultura de Doação. O Fundo Brasil participa da iniciativa desde 2013. Em 2020, para fazer frente às urgências da pandemia, participamos também de um desdobramento do Dia de Doar: o Dia de Doar

3.3. Captação de recursos com indivíduos no Brasil

Agora, em abril. Desta forma, o evento antecipou e ampliou sua capacidade de mobilizar recursos.

→ Programa Nota Fiscal Paulista

Campanha voltada para o público residente no estado de São Paulo, incentiva o cadastro em sistema do governo estadual que viabiliza que consumidores doem **parte do valor de impostos** pagos por compras de produtos e serviços para organizações sociais como o Fundo Brasil de Direitos Humanos.

→ Eventos

Pelo quarto ano consecutivo, o Fundo Brasil apoiou a Mostra Provocações do Festival Curta Brasília, um dos principais festivais do cinema brasileiro. **Em 2020, o evento foi todo online**. Essa é uma iniciativa que tem como objetivo apresentar o trabalho da fundação ao público de um festival que tem na temática dos direitos humanos um de seus principais pilares. Desta forma, trazer mais apoiadores ao trabalho do Fundo Brasil.

A Casa 95, espaço intimista de refeições e eventos em São Paulo, realizou solidariamente dois eventos com renda integralmente revertida para os projetos apoiados pelo Fundo Brasil. Em 8 de março, antes de a Covid-19 ser classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde, o espaço recebeu um encontro presencial e intergeracional com **ativistas pelos direitos das mulheres** de vários períodos da história recente do país. Em dezembro, em homenagem ao Dia dos Direitos Humanos, a Casa 95 preparou um almoço especial, entregue nas casas de quem aderiu à ação.

→ Encontros de aproximação

O Fundo Brasil iniciou em 2020 uma ação para aproximar lideranças de causas dos direitos humanos e a parcela da sociedade brasileira com relevante poder econômico e que é, ao mesmo tempo, sensível a essas causas. Foram realizados quatro encontros com os temas direitos indígenas, mulheres inspiradoras, enfrentamento ao racismo e direitos das mulheres.

3.4. Promoção de Filantropia para Justiça Social

O Fundo Brasil atua para fortalecer o campo dos direitos humanos no país por meio de diálogo, produção e compartilhamento de conhecimento no campo da filantropia nacional e internacional. Como membro da Rede de Filantropia para a Justiça Social e integrando também o comitê gestor do grupo Philanthropy for Social Justice and Peace, busca ampliar as discussões sobre a relevância do apoio a organizações da sociedade civil dedicadas à defesa de direitos.

Eventos de formação e de análise de conjuntura, publicações e participação em painéis e seminários são as ações nesse sentido, que por sua vez também possibilitam a troca de aprendizados e o estreitamento de laços com outras entidades financiadoras.

→ Produção de conhecimento

'Renda básica é conquista da sociedade civil organizada'

Publicado em **português no jornal online 'Le Monde Diplomatique Brasil'** e em **inglês no site da Philanthropy for Social Justice and Peace**, o artigo assinado por Ana Valéria Araújo, superintendente do Fundo Brasil, destaca o papel decisivo da mobilização da sociedade civil organizada para a rápida tramitação e aprovação, pelo Congresso, de um Auxílio Emergencial para a sobrevivência das famílias na crise econômica imposta pela pandemia de Covid-19.

'A relevância do grantmaking: a experiência do Fundo Brasil de Direitos Humanos'

O **artigo publicado no Grantlab**, ferramenta que reúne conteúdo formativo criada pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), oferece argumentos que sustentam a visão do Fundo Brasil de que o grantmaking é um modelo de apoio relevante para a promoção da justiça social a partir de uma visão decolonial, que traz para o centro do debate político uma pluralidade de proposições sobre direitos fundamentais da cidadania e como promovê-los e expandi-los.

→ Conferências e formações

Integrantes da equipe do Fundo Brasil compartilharam conhecimentos em eventos para formação e reflexão sobre o campo dos direitos humanos no país.

Edge Funders - Global Engagement Lab

Encontros Virtuais Mensais para debater questões diversas do apoio estratégico a iniciativas de filantropia para a justiça social.

Estratégia da Fundação Laudes para o Brasil

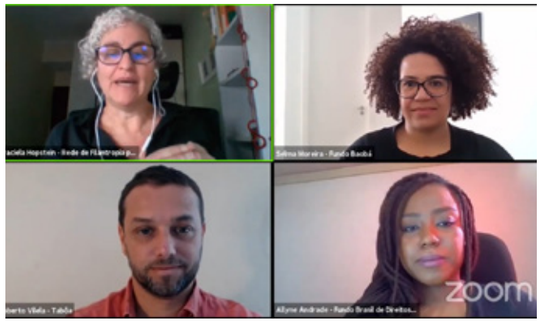
Troca de conhecimentos e visões do campo dos direitos humanos para apoiar a construção do planejamento estratégico da fundação para o Brasil.

Seminário Assassinatos, Eleições e Proteção

Promovido pela Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJR) para refletir sobre o panorama de crescentes ameaças e atentados a defensoras e defensores de direitos humanos no contexto dos processos eleitorais.

O que o ISP pode fazer pela segurança pública e justiça criminal?

O projeto do GIFE aborda temáticas centrais para a agenda pública brasileira por meio de debates e publicações, com o objetivo de ampliar a diversidade de olhares e estratégias dos atores do investimento social privado, construindo caminhos de apoio.



Festival ABCR

"Qual perfil de consultoria e fornecedores sua organização precisa?" foi a palestra que a gerente de Relacionamento com a Sociedade do Fundo Brasil, Débora Borges, apresentou no maior encontro de formação para captadores de recursos de todo o país. Allyne Andrade, superintendente adjunta, apresentou a experiência do Fundo de Apoio Emergencial: Covid-19 na mesa "Filantropia comunitária e de justiça social em tempos de Covid".

4. BALANÇO E AUDITORIA

Como descrito ao longo deste Relatório de Atividades, durante o ano de 2020, com a emergência da pandemia de Covid-19, o Fundo Brasil de Direitos Humanos adequou seu orçamento à necessidade de viabilizar ações emergenciais para o suporte a grupos e organizações de base já apoiados pela fundação e/ou que a ela recorreram. Paralelamente, a fundação ampliou a captação de recursos junto a outros Institutos e fundações, nacionais e internacionais, bem como junto a indivíduos, e, desta forma, ampliou sua capacidade de apoiar a atuação da sociedade civil organizada no trabalho contínuo de promoção dos direitos humanos. Suas contas foram aprovadas pelas instâncias de governança, devidamente auditadas e já submetidas à Curadoria de Fundações do Ministério Público de São Paulo. A transparência desse trabalho está demonstrada nesta seção.

4.1. Balanço

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM REAIS

ATIVO CIRCULANTE	2020	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.055.323	7.480.948
Recursos Vinculados a Projetos	18.503.133	12.834.704
Aplicações Financeiras	11.700.406	11.357.796
Recursos a receber	34.873.987	24.759.734
Outros Créditos	106.114	177.227
Título de Capitalização	-	70.000
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**74.238.961**	**56.680.410**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Recursos a receber	33.239.893	56.703.346
	33.239.893	**56.703.346**
Imobilizado		
Bens em Operação	3.563.748	587.399
(-) Depreciações	-387.265	-167.045
Imobilizado Líquido	**3.176.483**	**420.354**
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**36.416.376**	**57.123.700**
TOTAL DO ATIVO	**110.655.337**	**113.804.110**

PASSIVO CIRCULANTE	2020	2019
Salários e Encargos Sociais	964.686	770.655
Obrigações Tributárias/Contribuições	13.855	14.019
Fornecedores de Bens/Serviços	42.985	40.444
Provisão para Contingência	170.000	
Recurso de Projeto em execução	12.435.350	7.072.015
Recurso de Programa em execução	41.278.949	30.959.921
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**54.905.825**	**38.857.053**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações a longo prazo		
Contrato de locação a Pagar		-
Recurso de Programa em execução	33.239.893	56.703.346
	33.239.893	**56.703.346**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio social	10.000	10.000
Fundo Patrimonial - Doação	6.076.500	6.076.500
Superávit Acumulado	16.423.119	12.157.210
Total do Patrimônio Líquido	**22.509.619**	**18.243.710**
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**55.749.512**	**74.947.056**
TOTAL DO PASSIVO	**110.655.337**	**113.804.110**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM REAIS EM 31 DE DEZEMBRO 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019		
	2020	**2019**
RECEITAS OPERACIONAIS	**24.899.943**	**21.611.412**
DESPESAS OPERACIONAIS	**-22.026.477**	**-19.013.613**
Despesa com Projetos	-10.500.423	-8.138.606
Despesas com Programa Rio Doce	-6.987.366	-7.949.532
Despesas com Projetos (recursos não vinculados)	-3.139.154	-1.943.056
Despesas Gerais e Administrativas	-1.399.533	-982.419
Superavit (Deficit) das Operações Sociais	**2.873.466**	**2.597.799**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**1.392.443**	**2.311.194**
Receitas Financeiras	1.411.272	2.322.933
(-) Despesas Financeiras	-18.829	-11.739
SUPERÁVIT DO PERÍODO	**4.265.909**	**4.908.993**

4.2. AUDITORIA

DocuSign Envelope ID: 6E6433E4-0422-4071-B7F0-6A817EB1E782

KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da
Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos "Fundação", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

KPMG Assurance Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Assurance Services Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

DocuSign Envelope ID: 6E6433E4-0422-4071-B7F0-6A817EB1E782

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

KPMG Assurance Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Assurance Services Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

DocuSign Envelope ID: 6E6433E4-0422-4071-B7F0-6A817EB1E782

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo 05 de abril de 2021

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC SP023228/O

Silbert Christo Sasdelli Júnior
Contador CRC 1SP230685/O-0

KPMG Assurance Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Assurance Services Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

AGRADECIMENTOS

O Fundo Brasil de Direitos Humanos agradece o apoio, ao longo do ano de 2020, de centenas de doadores e doadoras individuais e dos seguintes parceiros/as, cuja colaboração foi fundamental para que a fundação realizasse suas atividades.

Institutos, Fundações e Agências de Cooperação

Climate and Land Use Alliance (CLUA)
Fundação Ford
Fundação Laudes (antigo Instituto C&A)
Instituto Galo da Manhã
Instituto Ibirapitanga
Nia Tero Foundation
No Peace Without Justice
OAK Foundation
Open Society Foundations
Pão para o Mundo (Brot für die Welt)
Re:wild (antiga Global Wildlife Conservation)
Wellspring Philanthropic Fund

Doações in kind

Aloisio Camargo
Ana Maria Wilheim (Casa95)
Diogo de Carvalho Martins
Furriela Advogados
Og Doria (Casa95)
Pragma Gestão de Patrimônio
Rogério Escobar (Brazz Design)
Sérgio Leitão

Apoio para eventos

SESC SP
Danilo Santos de Miranda
Augusto de Arruda Botelho
Caroline Bispo
Celina Dias
Cristiano Silva
Cristina Zahar
Dandara Rudsan
Edna Jatobá
Felipe Freitas
Flávia Oliveira
Gersem Baniwa
Gimerson Roque
Isabel Silva
Juliana Borges
Kenarik Boujikian
Luiz Antônio Simas
Maria Esperidião
Vilma Reis

Artistas

Agatha Moreira
Aline Fanju
Carolina Kasting
Carolina Solberg
Davi Junior
Duda Beat
Fernanda Lima
Fernanda Nobre
Gabriela Medvedovski
Giselle Batista

Gregorio Duvivier
Ícaro Silva
Iza
Juliana Alves
Letícia Sabatella
Linn da Quebrada
Marcella Fogaça
Marcella Rica
Maria Rita
Michelle Batista
Nanda Costa
Rodrigo Dorado
Rodrigo França
Rodrigo Simas
Teresa Cristina
Vitória Frate
Vitória Strada
Preta Gil
Zezé Motta

Apoio para informação e mobilização

Adriane Ribeiro
Adriano Araújo
Alex Vargem
Amanda Caroline Rodrigues
Amélia Garcia
Amelinha Teles
Ana Cristina Tonini
Ana Rita Esgario
Andréa Arruda
Andrea Fernandes
Antônio Carlos de Mello Rosa
Blanca Eleonora de Carvalho
Bob N Fuit Hic
Caio Klein
Carlúcia de Carvalho Santos
Carolina Ricardo
Carolina Vieira
Carol Garcia
Chopelly Santos
Cíntia Cruz
Claudine Dutra Melo
Cristivan Alves
Danilo Castro
Darlah Farias
Deusimar Correia
Dina Alves
Dinamam Tuxá
Eliel Silva
Elisangela Gonçalves Ferreira
Eloy Terena
Eronildes Alcantara Sampaio
Eva Rodrigues de Sousa
Fernanda Lopes
Fransérgio Goulart
George Oliveira
Glaucia Marinho
Glória Gois
Hugo Leonardo
Iara Normando Tude
Isabella Bizinoto
Isabel Pereira
Isabel Torres
Isis Lorca de Oliveira
Izabela Costa Brochado
Janice Pizão
Jéssica Moreira
João Francisco de Sá
João Paulo Vergueiro
Jorge Bispo
Josefa Oliveira
José Helder Benatti
José Humberto da Silva
Josep Iborra Plans
Katia Ono
Laura Boeira
Laura Castellani Ribeiro
Leandro Zere
Letícia Vieira
Lidia Hubert
Lília Melo
Lindalva Feitosa
Lizely Borges
Lorene Maia
Luciano Antonio Caprio da Silva
Luiza Fany Desote Fernandes
Magaly Ezequiel
Magi Freitas
Manoela Alves
Mara Carneiro
Maria Priscila de Jesus
Maria Teresa Ferreira
Mariah Rafaela Silva
Marina Kahn
Marina Morgana Damásio
Marli Aparecida Pelochs Barbino
Melisanda Trentin
Michel Chagas
Milca Martins
Mónica Techera
Monique Cruz
Nando Motta
Nara Baré
Nicolas Neves dos Santos
Nívea Sabino
Norma Soely Guimaraes Rocha
Olinda Oliveira
Otavio Valle
Patrícia Oliveira
Paulo José de Oliveira
Pedro Ferreira
Rafaelly Wiest
Raquel Sparemberger
Renata Costa
Rildo Veras
Roque Pattussi
Rosimeire dos Santos
Samuel Pereira
Sarah Menezes
Sergio Haddad
Thais Borges
Thais Costa Motta
Thaís Rosa
Thaíssa Carvalho
Thiago Mendes
William Rodrigues
Yoná Luma

Apoio de mídia

TV dos Trabalhadores
Allan Santos
Antônio Jordão Pacheco
Ciça Soriano
Talita Galli